

○ sítio da Independência no Ipiranga: as vicissitudes de um local histórico

The Independence Site in Ipiranga: the vicissitudes of a historic place

<https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29e61>

JORGE PIMENTEL CINTRA¹

<http://orcid.org/0000-0002-1369-6110>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

ALEXANDRE PIMENTEL CINTRA²

<https://orcid.org/0000-0001-9061-2024>

Fundação Getúlio Vargas / São Paulo, SP, Brasil

1. Professor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP). Atua principalmente na curadoria das Coleções Cartográficas. Doutor em Engenharia Civil e Urbanismo pela Escola Politécnica da USP. *E-mail:* <jpcintra@usp.br>.

2. Pesquisador independente, atua principalmente na área de caminhos antigos do Brasil. *E-mail:* <alexcintra10@gmail.com>.

RESUMO: Ensaio de reconstituição histórica do sítio pelo qual passou D. Pedro I no dia 7 de setembro de 1822, em que analisamos não só o caminho que ele percorreu, mas também os locais destacados, no sítio do Ipiranga, tendo em conta as diversas reformas ao longo do tempo. Realizamos uma revisão crítica das diversas tentativas de demarcar o lugar onde aconteceu a Independência do Brasil: nota-se que houve uma série de enganos ao longo do tempo e muita confusão nas explicações. Foi feito um esforço para desenvolver uma narrativa linear e esclarecer pontos obscuros ou confusos. Para isso servimo-nos da iconografia histórica: telas, fotos e mapas. Estes últimos, com a ajuda de programas de cartografia digital, puderam ser superpostos a mapas atuais para a determinação dos pontos de interesse. Ao longo do texto e ao final, são feitas considerações sobre o sentido de determinar esse local, com maior ou menor precisão.

PALAVRAS-CHAVE: Local da Independência. Ipiranga. Rota de D. Pedro no Parque da Independência. A pedra fundamental do Museu do Ipiranga.

ABSTRACT: This work consists of a historical reconstruction essay of the site through which D. Pedro I passed on September 7, 1822. Besides investigating the path he treaded, this essay also approaches the highlighted points on the Ipiranga site, considering the various reforms they have gone through over time. A critical review of the numerous attempts to demarcate the place where Brazil's independence took place evinced a series of mistakes over time and considerable confusion in the explanations. In an attempt to develop a linear narrative and clarify obscure or confounding points, this study relies on historical iconography: paintings, photos, and maps – which were superimposed on current maps to determine the points of interest with the aid of digital mapping programs. Throughout the text, a series of considerations are made about the purpose and the meaning of determining this location, with a greater or lesser precision.

KEYWORDS: Brazilian Independence Place. Ipiranga. D. Pedro route in Independence Park. The cornerstone of Ipiranga's Museum.

INTRODUÇÃO

Todas as coisas estão situadas no espaço e no tempo, ainda que não saibamos defini-los com precisão. Esses termos sempre exerceram fascínio entre os filósofos, que buscaram atribuir-lhes definições. Kant considerou-os formas a priori da sensibilidade, enquanto Aristóteles, como acidentes inerentes e intrinsecamente unidos à substância dos entes.³ A mecânica, tanto a clássica de Newton, quanto a relativística de Einstein, procurou medi-los, por padrões de comparação com movimentos ou distâncias e algumas ciências, como a geografia e a história servem-se deles como elementos fundamentais.⁴

Esta última – a história – procura situar os acontecimentos no espaço e no tempo e sua fixação constitui muitas vezes um problema difícil ou até insolúvel. Mas o fascínio que exercem sobre o ser humano é grande, a ponto de parecer a alguns que essa ciência não se faz sem eles, enquanto outros buscam afanosa e obsessivamente determinar com a maior precisão possível o local e a data de determinado acontecimento. Um exemplo disso é a Independência do Brasil.

É como se o aqui e agora aumentassem a historicidade do fato. Mas, até que ponto isso interessa e melhora o nosso conhecimento histórico, principalmente se se descuidam outros aspectos, como a resposta a perguntas como: quais foram os motivos? O que isso significou? Quais as consequências a médio e longo prazo? E uma infinidade de temas em torno de nossa separação política de Portugal.

Mas, por outro lado, sempre é interessante analisar questões controversas e alguns erros que se perpetuaram até nossos dias. Talvez a determinação mais precisa do local não modifique muito os demais aspectos e significados da Independência, porém podem ser ocasião para refletir sobre a precariedade de nossos conhecimentos e a difusão de versões equivocadas que se cristalizam. Além disso, podem voltar a colocar cada pedra em seu lugar, ainda que seja 200 anos depois, mostrando ao mesmo tempo o processo de historiar, comparando fontes, consultando documentos da época e mapas antigos, analisando fotografias, aquarelas e telas de boa parte desse período, e tentando transportar tudo isso para o nosso espaço e tempo, com o auxílio da tecnologia: programas de cartografia digital, imagens aéreas, posicionamento por satélite e outras. É o que procuramos fazer no presente artigo.

A Independência do Brasil ocorreu, como os documentos da época indicam, a 7 de setembro de 1922, por volta das quatro e meia da tarde. Não havendo observação de relógio, pouco se contesta esse horário: o tempo não volta mais e a precisão dos minutos parece irrelevante. O mesmo não acontece com relação

3. Vamos utilizar a definição de espaço desse filósofo, e mais precisamente o lugar/topos, como o limite do corpo que contém o ente em questão, ou seja, a definição do espaço necessita de uma referência aos objetos que o circundam.

4. Os mapas históricos são a representação do espaço, com os corpos aí presentes, numa determinada data. Essa representação em papel ou outro meio, exige a escolha de um sistema de coordenadas, materializado por outros objetos circundantes, que podem ser marcos de pedra, satélites GPS ou até quasares.

ao lugar em que isso aconteceu: sabe-se que foi na cidade de São Paulo, no arrabalde e colina do Ipiranga, a meia encosta e nas proximidades do riacho que entrou para o hino nacional. E haveria quem procurasse determinar, se possível fosse, as coordenadas precisas da ponta da espada de D. Pedro, no exato momento em que proferiu o conhecido grito. Passamos assim a historiar essas tentativas e uma multiplicidade de equívocos.

VISÃO GERAL DO SÍTIO

Para a compreensão do presente trabalho, é conveniente apresentar, de início, o local de estudo, adiantando alguns resultados, que serão mostrados posteriormente. Desse modo, elaborou-se a Figura 1, que se baseia em produto cartográfico atual.



Figura 1 – Pontos históricos notáveis no atual Parque da Independência.

5. Santana (1944, p. 61). Esse autor informa que essa casa possuía uma espécie de águas-furtadas, sótão característico do século XIX, e que algumas janelas foram transformadas em portas.

6. Apesar disso utilizaremos essa nomenclatura por facilidade mnemônica.

O primeiro ponto a notar é o riacho e a ponte do caminho antigo. Esta, em 1822, situava-se um pouco à direita da atual passarela metálica verde, mais próxima da rua Leais Paulistanos, e um pouco ao sul do curso d'água atual, retificado nesse trecho por ocasião da implantação do Monumento à Independência, como se constata por mapas e fotos da época da remodelação do parque (1920-1922). Em linha vermelha tracejada representa-se o caminho das tropas de muares que demandavam o porto de Santos, trilhado por D. Pedro a 5 e 7 de setembro de 1822. Os pontos notáveis estão demarcados com um pequeno círculo. Abaixo do texto de cada local indica-se a distância aproximada, medida sobre o caminho, a partir da ponte.

O primeiro ponto digno de nota, à esquerda do caminho para quem vai ao litoral (a 112 metros da ponte), é a casa sede da chácara⁵ que pertencia ao coronel, futuro Visconde de Castro, estribeiro-mor do Império, pai de Domitila de Castro Canto e Melo (1797-1867) e de Francisco de Castro Canto e Mello (1799-1868). Este último foi ajudante de ordens de D. Pedro, deixou um relato da jornada da Independência e ajudou a demarcar o local em que o fato aconteceu e, com seus irmãos passou a infância nessa chácara. A casa tinha um pequeno sótão, que foi desfeito, como se nota comparando fotos antigas.

O segundo ponto, a 254 metros da ponte, é a erroneamente chamada Casa do Grito,⁶ que não existia na época, pois é de meados do século XIX, sendo, no entanto, de fundamental importância cartográfica para ajudar a sobrepor os mapas antigos aos atuais.

O ponto de maior relevo é o local do grito, objeto de uma cuidadosa medição feita três anos depois da Independência e da qual se lavrou ata. Situa-se, no meio do caminho, a 405 metros da antiga ponte do Ipiranga.

Na sequência temos o local do chamado *Signal histórico*, a 593 metros ao longo do caminho e mais 15 na perpendicular, resultando em 608 metros, à esquerda do caminho para quem sobe. Essa posição foi demarcada erroneamente e esse erro perdurou por muitos anos, em muitos mapas, com essa denominação. Aí foram construídas as fundações de um futuro monumento e se levantou uma singela construção de madeira, vista por D. Pedro II e alguns viajantes, ficando imortalizada em aquarelas e telas. Situa-se já nas proximidades do museu, na parte superior do parque depois da atual rua dos Patriotas. Foi situado em alguns documentos, com imprecisão, a 640 metros da ponte.

O cruzamento do caminho com o edifício do Museu situa-se a cerca de 740 metros do riacho. Assinalou-se também um local secundário, abaixo da atual rua dos Patriotas e próximo ao eixo, em que foi reencontrada a pedra fundamental, retirada do *Signal histórico* e abandonada ali.

Como complemento, levantamos o perfil do caminho das tropas, em que foram demarcados esses mesmos pontos relevantes: é o objeto da Figura 2, interessante para conhecer melhor esse sítio, que foi palco das ações do Sete de Setembro.

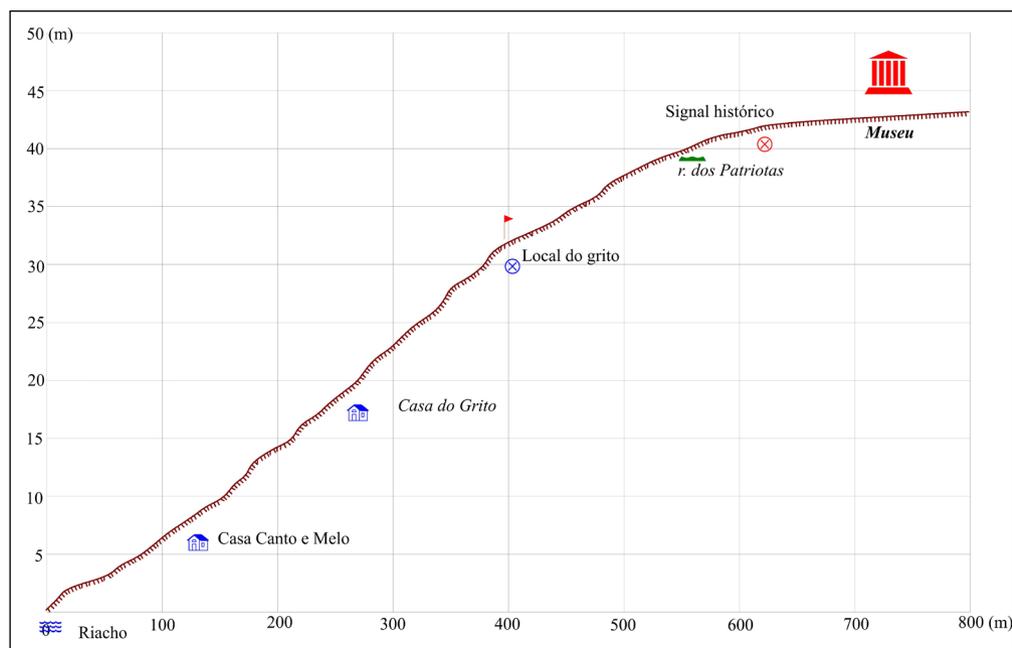


Figura 2 – Perfil do caminho das tropas e de D. Pedro, do riacho até o atual local do Museu, indicando pontos relevantes.

Mais adiante, entre outras coisas, embasamos essas afirmações e apresentamos a forma como se chegou a elas.

PRIMEIRA MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO ERRADA

Taunay⁷ resume os primeiros passos na definição e implantação de um marco ou monumento no local da Independência. Por meio de documento pertencente ao Acervo do Museu Paulista,⁸ com data de 20 de fevereiro de 1823, assinado por José Bonifácio, sabe-se que o governo provisório da Província de São Paulo, em 29 de janeiro anterior (uns cinco meses depois de 7 de setembro de 1822) pretendia erigir um monumento no Ipiranga, para tornar memorável, também no espaço, a já célebre data. O imperador anuiu a esse desejo e concedeu essa licença.

Apoiado nisso, o primeiro presidente da província, Lucas Monteiro de Barros, a 22 de julho de 1824, inicia as gestões para a desejada construção,

7. Taunay (1937, p. 19).

8. Espólio de Antônio da Silva Prado, Barão de Iguape, oferecido ao Museu Paulista por seu bisneto, Paulo Prado.

9. Ofício n. 85 do Governo imperial enviado à Câmara Municipal de São Paulo, 9 abr. 1825. Disponível em Taunay (1937, p. 11).

10. Atas (1922, p. 379).

fazendo menção que deveria ser “exatamente no local onde estivera o imperador na famosa tarde setembrina”, mas depois mudou de ideia e propôs um monumento “à entrada da cidade, junto ao novo Hospital da Misericórdia e Casa dos Expostos”, que ficava na rua da Glória, no local em que funcionou até recentemente o Colégio São José, da Santa Casa de Misericórdia. Mas o Imperador insistiu que fosse “no próprio sítio do Piranga”.⁹

Diante disso, o presidente da província, a 29 de agosto de 1825, ordena à Câmara Municipal que examine o local e o assinale com uma baliza. Essa tarefa foi feita rapidamente, a 2 de setembro de 1825, e de maneira extraordinária: uma vereança no próprio local do Ipiranga, com o Senado da Câmara comparecendo e acompanhando o processo de medição com diversas outras pessoas que conheciam o lugar exato, ainda fresco na memória, estando entre eles o já mencionado Francisco de Castro do Canto e Melo, que conhecia bem o local, já que seu pai tinha chácara e casa à beira do caminho, como assinalado na Figura 1.

A ata lavrada pelo escrivão em campo e por todos assinada descreve o local: “se acha em uma eminência, saindo da ponte do Piranga para o lado de Santos, na extremidade de uma linha de cento e oitenta e quatro braças, tirada da dita ponte, na direção de dez graus de Norte a Este”.¹⁰ Essa definição geométrica é de fundamental importância para determinar o local e será retomada no presente estudo. Para cálculos posteriores que faremos, convém dizer que a forma de medição na época era estender uma corda, graduada em braças, tantas vezes quanto necessário e somar as parcelas. Isso era feito sobre o terreno, segundo a inclinação natural da época, o que resulta numa distância menor sobre os mapas modernos. A braça portuguesa equivale a 10 palmos ou 2,20 metros, resultando numa distância de 404,8 ou 405 metros, arredondando, sobre o terreno inclinado e cerca de 403,5 metros na horizontal, forma registrada nos mapas modernos.

O fato de indicar dez graus numa direção mostra que utilizaram uma bússola e que, portanto, a referência era o norte magnético da época, já que essa é uma grandeza variável com o tempo. A indicação de um número inteiro (184 braças), mostra que tinham consciência da aproximação feita na medição (entre 183,5m e 184,5m), e na própria definição do local: a comitiva de D. Pedro era muito numerosa, impossibilitando determinar a posição com maior exatidão. De qualquer forma, os dados dessa medição são um critério para julgar erros e acertos de outras medições e determinar essa posição geográfica aproximada sobre mapas atuais, coisa que será feita mais adiante.

Colocada a baliza, facilmente removível, foi ela de fato removida para outro local mais acima, e não se colocou de imediato a primeira pedra. Essa solenidade foi

aprazada para o dia em que se comemorava o aniversário de D. Pedro e dia de Nossa Senhora Aparecida: com a presença do presidente da província e grande concurso de público, a pedra foi instalada 40 dias depois, a 12 de outubro de 1825, em local errado, que não coincide com a posição medida e indicada na já mencionada ata da câmara. Para explicar esse equívoco, pode-se pensar que alguém tenha tido a ideia de escolher um local topograficamente melhor, isto é, em região mais plana. Mas não há registro dessa ideia e o fato é que a pedra foi colocada em lugar equivocado, cerca de duzentos metros acima do local da medição e colocação da baliza.

11. Um estudo desse mapa, sob outro ponto de vista, pode ser encontrado em Tulik (1984).

A PERMANÊNCIA DE UM ENGANO

Esse erro se perpetuou. O local equivocado (Figura 1) situava-se a uns 608 metros da ponte, por cálculos sobre mapas antigos, numa região relativamente plana, já próxima ao local do futuro museu, uns 150 metros, um pouco acima da rua dos Patriotas. Além da distância do ponto correto, essa posição também conflita com os textos que indicam ter o fato acontecido a meia encosta.

A partir da colocação da pedra, esse ficou sendo o local *oficial* em que foram instalados diferentes balizas ou marcos da Independência, não em cima do caminho, mas ao lado, para não atrapalhar a passagem, valendo lembrar que por aí corriam as tropas de mulas carregadas de açúcar e de café, até o advento da ferrovia. Isso gerou uma bifurcação no caminho, criando-se um pequeno largo em torno do local, como se pode ver no mapa de Vasconcelos, de 1832, do qual se mostra o trecho de interesse (Figura 3).

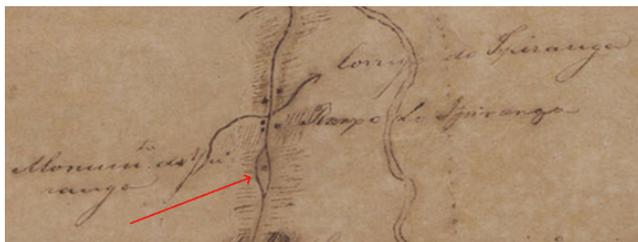


Figura 3 – *Planta da Estrada entre as Cidades de São Paulo e Santos*, Vasconcellos (1832). Trecho em que figura o local do Monumento a ser erigido. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

Nesse mapa¹¹ estão grafados: Córrego, Rancho e Monumento do Ipiranga – este último, apontado por nós com uma seta vermelha. O rancho não existia 10 anos antes (1822). Vê-se também, ainda que sem nome e à direita, com margem dupla, o Tamanduateí, rio em que o Ipiranga desagua, um pouco mais adiante.

Nesse mapa, pela direção em que estão desenhadas as hachuras, pode-se notar diferentes trechos: a região desse tosco monumento primitivo – ou mais propriamente só de seus alicerces –, com linhas em sentido horizontal, que se estende até o fim da bifurcação do caminho; após esse ponto as hachuras inclinam-se, ficando quase paralelas ao caminho, indicando aumento de declividade, para depois tornar-se um terreno quase plano nas várzeas desse curso d'água, com a correspondente inclinação das hachuras. Notam-se também duas casas em frente ao rancho, do outro lado do caminho, e outras duas após a ponte, uma de cada lado do caminho. Essas duas últimas casas aparecem em pintura de 1823.

Finalmente, ainda que o mapa pareça um esboço, ele tem escala gráfica e a distância medida sobre ele, entre o riacho e o monumento em linha reta, é de 572 metros, e um pouco mais se tivermos em conta a curva do caminho. Esse valor é próximo ao medido sobre mapas de melhor escala, que é de 593 metros: uma diferença de 3,5%, o que é razoável.

PRIMEIRA TENTATIVA E A IMPLANTAÇÃO DE UM PAVILHÃO PROVISÓRIO

O primeiro projeto para instalação de um marco nesse local equivocado pode ser visto na Figura 4.

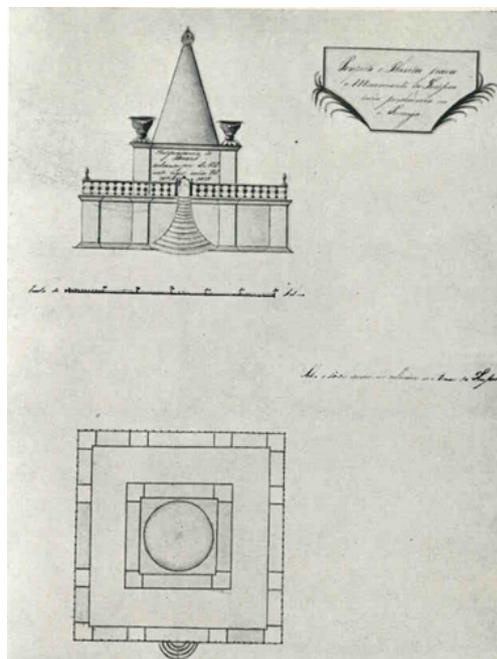


Figura 4 – Primeiro projeto de monumento comemorativo da Independência (1826), do qual só se construiu a base quadrada e se colocou a pedra fundamental no seu centro. Fonte: Tounay (1937, p. 16-17).

Ele é provavelmente de inícios de 1826, já que a 29 de março desse ano o inspetor da obra, dizendo ter recebido o projeto, consultou com as autoridades se o monumento devia ser de tijolo ou de pedra e a resposta não se fez esperar: pedra de cantaria. A 13 de julho esse mesmo inspetor informava que o rancho dos operários e o depósito de material estavam prontos.¹² O projeto previa na base um quadrilátero de uns 60 palmos de lado, como se pode medir pela escala colocada no desenho; mais detalhes sobre esse projeto podem ser vistos em Oliveira.¹³

Azevedo Marques,¹⁴ que relata esses fatos, não encontrou a razão pela qual a obra começada não progrediu. A explicação óbvia é a falta de recurso, coisa que se confirma pelo referido texto de Taunay: o monumento fora orçado em 21.475\$700 réis; a subscrição só tinha alcançado 1.877\$760 réis (9%), sendo gastos 1.221\$700 réis com os alicerces e restando um pequeníssimo saldo.¹⁵ Em pouco tempo, perdeu-se a memória desse alicerce, até que foi reencontrado em 1872 e, em seu centro, a pedra fundamental.

O projeto denominava-se “Prospecto e planta para o Monumento da Independência proclamada em o Piranga”. Taunay, como muitos outros, considerava-o de um pavoroso padrão da arte de antanho, feito por anônimo arquiteto. Mas, em comunicação feita na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Afonso de Freitas esclarece que em 1825 o pedreiro minhoto Vicente Gomes Pereira, que havia construído em 1814 a pirâmide do Piques, iniciou a construção dos alicerces de um monumento delineado pelo marechal Müller, sepultando nele a primeira pedra, e que as obras foram paralisadas por falta de recursos, conforme informa Afonso de Freitas.¹⁶

O fato de maior destaque depois disso aconteceu a propósito da vinda a São Paulo de D. Pedro II e da imperatriz, em 1846. A 26 de fevereiro, quando passaram pela colina, descansaram em um pavilhão que havia sido levantado, sendo aí recebidos por autoridades e muitos cidadãos. No ano seguinte, Miguelzinho Dutra, conhecido artista da época, desenhou esse pavilhão, na aquarela que reproduzimos na Figura 5.

12. Marques (1876, p. 345).

13. Oliveira (1997, p. 213).

14. Marques, op. cit., p. 346.

15. Taunay (1937, p. 14).

16. Actas (1937).



Figura 5 – Miguel Dutra, *Vista do Ipiranga, lugar onde foi proclamada a Independência do Brasil*. Aquarela sobre papel, 1847. Dimensões: 0,168 x 0,288 metro. Fonte: Acervo do Museu Paulista. Foto: Hélio Nobre.

A esquerda do mastro e já na região mais plana ao fundo são vistas duas casas: a primeira, maior e mais próxima, é a pertencente a João de Castro do Canto e Melo; a segunda, que está mais ao fundo, situa-se perspectivamente acima da anterior. Uma terceira casa, mais à esquerda, é vista à frente da mata de galeria, também dita ciliar, que acompanha muitos riachos – no caso o Ipiranga, que por causa dela não é visto. Um pouco mais à esquerda há duas araucárias, mencionadas em trabalhos de história da botânica no Brasil.

Esse patamar situa-se em local relativamente plano à direita do caminho, pouco antes de chegar ao início da região com declividade acentuada, na altura da atual rua dos Patriotas. O caminho mostra-se sulcado e com certo desnível com relação ao barranco da esquerda, fruto da passagem de tantas tropas. Mas há algo de difícil interpretação: parece haver um caminho, mais ao alto e à esquerda, que pode ser continuação do que se vê em primeiro plano; ele estaria em subida e continua depois da mata de galeria. Entretanto, como se pode ver nos diversos mapas históricos – por exemplo, o da Figura 3 –, o caminho, após esse monumento, fazia uma curva à direita e passava ao lado da casa do Visconde de Castro, para logo depois cruzar o rio, entrar na planície e subir o trecho que corresponde à rua Ouvidor Portugal. Esse caminho não é visto na presente aquarela. Bem ao fundo da paisagem, com certo exagero, pode-se ver a serra da Cantareira.

Nessa imagem pode-se ver um mastro com bandeirola, ao centro do quadro, assinalando o local, e à sua direita o pavilhão, que se assemelha a um coreto. Ambos parecem precários e de madeira. A leitura dessa paisagem fica facilitada pela comparação com versão feita por Alípio Dutra (Figura 6).



Figura 6 – Alípio Dutra, *O Ipiranga: 1854*, óleo sobre tela. Dimensões: 60,1 x 39,2 cm. Fonte: Acervo do Museu Paulista. Foto: José Rosael/Hélio Nobre.

Interpretando a aquarela *Vista do Ipiranga* (Figura 5), Alípio Dutra, neto do precedente artista, pinta a mesma cena em óleo (Figura 6). Nessa imagem, disponível em alta resolução, os mencionados elementos da paisagem podem ser vistos com mais detalhe. Embora o quadro se denomine *O Ipiranga: 1854*, Alípio Dutra nasceu em 1892 e não pode ter pintado esse quadro nessa data. Também não ficaria bem nomeá-lo como *O Ipiranga em 1854* pois a aquarela da qual procede é de 1847.

Comparando as duas imagens, percebe-se que ele interpretou e retocou alguns elementos, mas sem alterar os caminhos, e que não há elemento novo que corresponda a uma mudança de cena entre 1847 e 1854. Mas, importa notar, esses monumentos provisórios desapareceram e o local do embasamento ficou perdido: aliás, não se nota vestígio dele nem na aquarela de Miguel Dutra (1847) e nem na tela de seu neto.

17. Ofício de Carlos Rath, de 10 de outubro de 1872, citado em Amaral (1972), p. 43.

18. Documento original não encontrado. Reproduzido com pouca qualidade em Amaral (1972, p. 46).

A REDESCOBERTA DO ALICERCE E DA PEDRA FUNDAMENTAL

Sucederam-se diversas tentativas frustradas de edificar um monumento, e o próximo fato digno de nota foram as buscas da pedra fundamental realizadas em 1872 pela equipe liderada por Carlos Rath, que resultaram em uma planta esquemática do local (Figura 7). Nessa operação, a 10 de outubro desse ano, depois de meticolosas buscas, infrutíferas tentativas, trabalhos perdidos e diversas escavações, encontraram algo: “um marco [que] tem a forma de uma muralha de alicerce, de sete a oito palmos de espessura, formando um quadrado de 66 palmos de face”¹⁷ e, com mais escavações, encontraram e extraíram de seu centro a pedra fundamental, implantada em 12 de outubro de 1825. Acontece que esse local se achava muito longe daquele determinado pelas 184 braças consignadas em ata, cerca de duzentos metros, como se apontou.

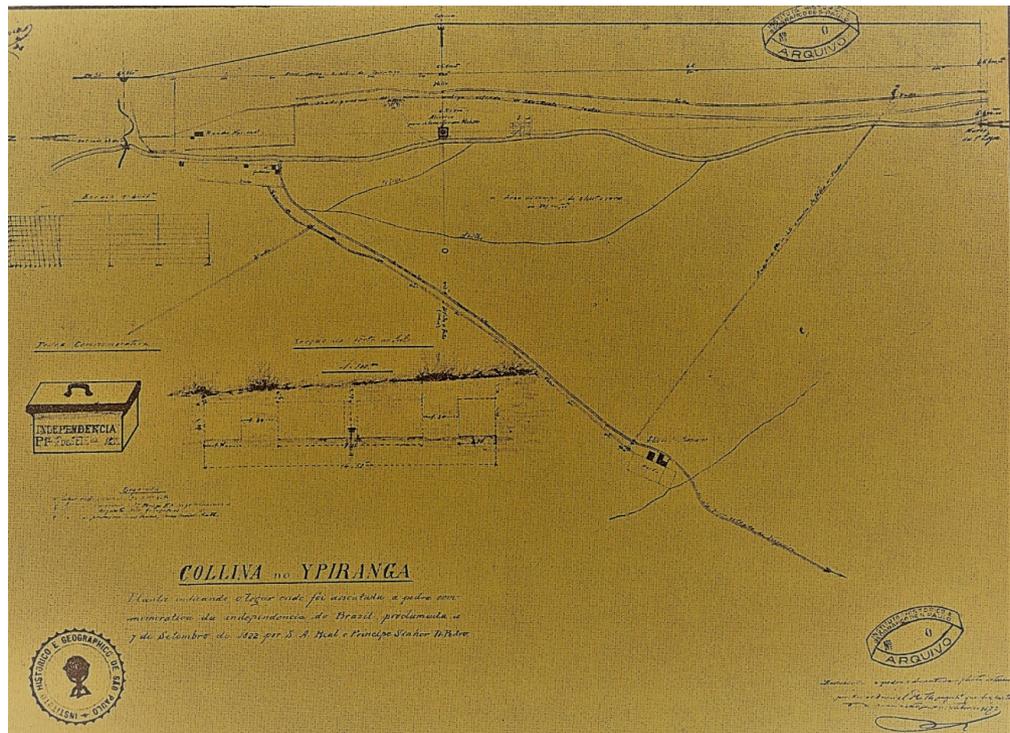


Figura 7 – Colina do Ipiranga (cópia), planta esquemática de Carlos Rath. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.¹⁸

Devido à pouca definição, à escala e à deficiência do original, fizemos uma reprodução fiel das partes de maior interesse, em primeiro lugar da parte superior do mapa (Figura 8), em que se vê: a ponte, o riacho, a direção norte,

uma escala gráfica e o caminho. Ao lado deste último podem ser vistas a chamada Casa do Grito e outras, bem como o Rancho Nacional, todas construídas depois de 1822. Mais adiante, ao lado desse caminho, há o que Rath denominou Alicerces de um Monumento.

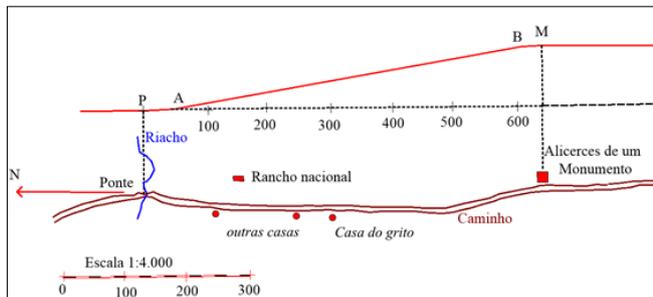


Figura 8 – Esquema decalcado da planta de Carlos Rath, onde se destacam os Alicerces do Monumento.

Por outro lado, acima da planta do caminho, Rath traçou o perfil dessa estrada, em que nós introduzimos na reconstituição, algumas letras para auxiliar na compreensão: P corresponde à ponte; A ao início da subida mais acentuada; B ao ponto onde há uma atenuação da declividade (hoje rua dos Patriotas) e M aos alicerces do monumento. Pela escala gráfica e pela graduação da horizontal tracejada, pode-se dizer que M se situa a uns 640 metros, correspondendo aproximadamente à posição onde essas fundações foram implantadas em 1826.

Elaboramos também outro esquema, sobre a planta e respeitando suas linhas, referente ao detalhe desses alicerces desenhados no centro da planta esquemática de Rath (Figura 9).

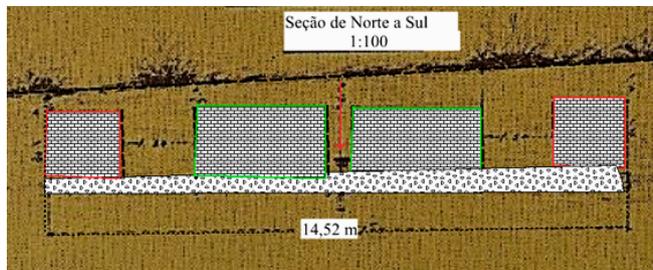


Figura 9 – Esquema da seção do alicerce na direção norte-sul, reforçado sobre a planta de Carlos Rath. Fonte: Amaral (1972, p. 46).

Essa seção transversal corresponde muito bem à planta da Figura 4, tendo em conta a natural diferença entre projeto e obra, nos inícios do século XIX: o quadrado de 66 palmos (14,52 metros) corresponde aproximadamente à dimensão

19. Ofício de Carlos Rath, de 11 de outubro de 1872, citado em Amaral (1972), p. 44.

20. *Correio Paulistano* (1921).

de 60 palmos (13,2 metros); a base, de alvenaria de pedra rústica, tem uma espessura variável; já o que parece um conjunto de quatro muros de tijolo é o perfil ou seção de quadrados com mesmo centro e seção transversal constante: um quadrado maior externo, destacado com linhas vermelhas e seccionado duas vezes e, da mesma maneira, um quadrado menor interno, destacado com linhas verdes, com maior largura de parede, mas também constante. A parede mais externa mede 1,8 metro, compatível com a indicação de 8 palmos, que são 1,76 metro. Entre esses dois quadrados (vermelho e verde), existe um vazio, bem como um vão central onde se enterrou a pedra fundamental, aí representada e indicada por uma seta vermelha. Na ocasião desse desenho, como se pode ver, os vazios estavam preenchidos com terra e o conjunto coberto por uma camada de terra com espessura média de 75 centímetros, mantendo a inclinação natural do terreno à volta. Pode-se pensar que com o tempo, após 1825, a terra preencheu os buracos e a grama e o mato cresceram sobre ele; ou isso foi o resultado de ação humana.

○ encontro da pedra é assim descrito por Rath:

chegando hoje às 3 ½ horas da tarde a remover-se a última laje de pedra no fundo brilhou-me de encontro uma alça de metal dourado, engastada em uma pedra polida de granito em forma de caixinha com borda saliente e dourada de 25 cm de comprimento, 14 de largura e 12 de altura, numa das faces da pedra achava-se gravada a seguinte inscrição: Independência – P. 1 – 7 de setembro de 1822.¹⁹

Esse objeto lítico encontra-se desenhado na mesma na planta de Rath (Figura 7), à esquerda.

Foi essa pedra recolhida ao Palácio do Governo, até que 3 anos mais tarde (1875), o presidente da província, João Teodoro, ordenou que ela fosse reposta em seu local de origem, o que se fez com certa solenidade, concorrendo autoridades, funcionários públicos, piquete de cavalaria e populares diversos. Cantou-se o hino nacional, fizeram-se discursos, soltaram-se foguetes, e de tudo se fez uma ata com 94 assinaturas, como se recolhe no *Correio Paulistano*.²⁰ Dessa vez a pedra foi colocada em uma caixa de ferro em que se colocaram, além da pedra, jornais da capital, cópia da ata, medalhas, moedas de ouro, prata e níquel. A arca foi lançada na cova de onde foi extraída, colocando-se uma camada de tijolo por cima e coberta de terra. Exumada e reenterrada a pedra, tudo voltou ao normal: Taunay assevera que, vinte anos depois, ninguém mais sabia onde se encontrava a caixa de ferro, a pedra e o resto do conteúdo. Pretendia-se construir aí o futuro monumento comemorativo, mas já não havia memória do local.

Esse local, com base quadrada, apesar de tudo, permaneceu por algum tempo nos mapas, como se pode ver no mapa (PROJETO, ca. 1884), que por comodidade denominamos Funsai (Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga), mostrado parcialmente na Figura 10.



Figura 10 – Projeto de estrada entre a cidade e o Monumento do Ipiranga, ca. 1884. Fonte: Acervo Funsai.

Trata-se de um mapa de grande formato (maior que o atual A0), englobando o Museu e a ligação entre ele e a cidade, que se fazia pelas ruas Ouvidor Portugal, do Lavapés e da Glória. Nossa hipótese é que a autoria desse mapa, ou de seu original, seja de Eusébio Stevaux, que realizou um traçado de uma via pública unindo o Monumento do Ipiranga à capital, em 1885, ou mesmo de Luís Pucci, que apresentou um projeto substitutivo para esse primeiro. O fato de estarem presentes o contorno do edifício do Museu e o canteiro de obra aponta para o segundo autor, mas não descarta que ele tenha utilizado a planta do primeiro.²¹

Inclui o projeto do eixo que, partindo do museu – visível e materializado nesse mapa, com seções numeradas de 1 a 5 –, prolongar-se-ia mais adiante pela avenida D. Pedro I. Há diversas retificações de vias planejadas, bem como seções

transversais para ajudar a elaborar o projeto de terraplenagem. Pode ser visualizado também um retângulo tracejado que representa a área a ser preservada como terreno do Museu, para a construção de um jardim à sua frente e um horto botânico aos fundos. Linhas esbatidas representam o caminho do mar ou das tropas, bem como algumas variantes e derivações.

De interesse específico é o *Signal histórico* existente, representado por três quadrados com mesmo centro, que corresponde aos alicerces que já comentamos. Verificam-se nele curvas de nível de metro em metro e percebe-se que o museu ainda não havia sido construído, pois as curvas de nível mantêm-se intactas, sem a terraplenagem que se fez para a implantação da obra. Também se havia abandonado o projeto inicial de Bezzi, em forma de E, com o prolongamento de duas alas. Encontram-se projetadas edificações para abrigar os trabalhadores, matérias-primas e possivelmente o escritório de trabalho do engenheiro-chefe. O traço reto, mais forte, entre essas edificações, representa o trecho final de um ramal unindo a estação Vila Prudente-Ipiranga da Estrada de Ferro dos ingleses (SPR) ao canteiro de obra, visando facilitar o transporte de material de construção.

Um segundo mapa que traz esse mesmo marco é o da Figura 11. Trata-se de um estudo de diversas alternativas de ligação entre o sítio do Ipiranga e o centro de São Paulo. É um mapa independente e anterior ao da Funsai. Nessa planta pode-se ler, ao centro do recorte que apresentamos, em letras maiúsculas: "Signal histórico existente e que consta somente de alicerces abaixo do solo". Mostra também o valo que divide propriedades e é útil para a tarefa de superposição de mapas. Outros mapas também representam essas duas feições.

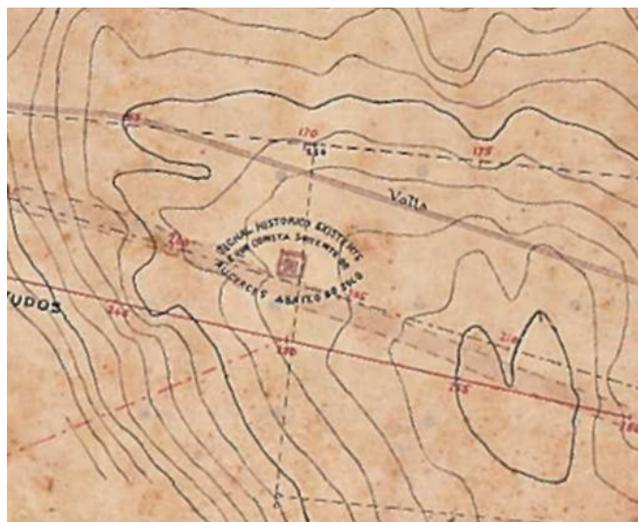


Figura 11 – Francisco Leite Lobo Pereira, *Projecto de uma alameda*, 1882.

O terceiro e último que apresentamos é o da Figura 12, pertencente ao Museu Paulista (Fundo Bezzi). A superposição, em meio digital, desse mapa com o da Funsai (Figura 10) mostra que este depende daquele, ou ambos dependem de uma fonte comum. As curvas de nível, o edifício do Museu e diversas construções, caminhos, seções, edificações e outras feições coincidem totalmente. Além disso, este é desenhado em nanquim colorido sobre papel vegetal, denotando ser uma cópia. Trata-se de um projeto de terraplenagem: as áreas amarelas correspondem a regiões de corte e as avermelhadas a de aterro e seu impacto não iria muito além da atual rua dos Patriotas. O Museu estava locado, mas não construído, já que o terreno mantém sua forma original.

22. André Lê Nôtre (1613-1700), paisagista francês do barroco, que se notabilizou pelo projeto do Palácio de Versalhes e dos Jardins das Tulherias.

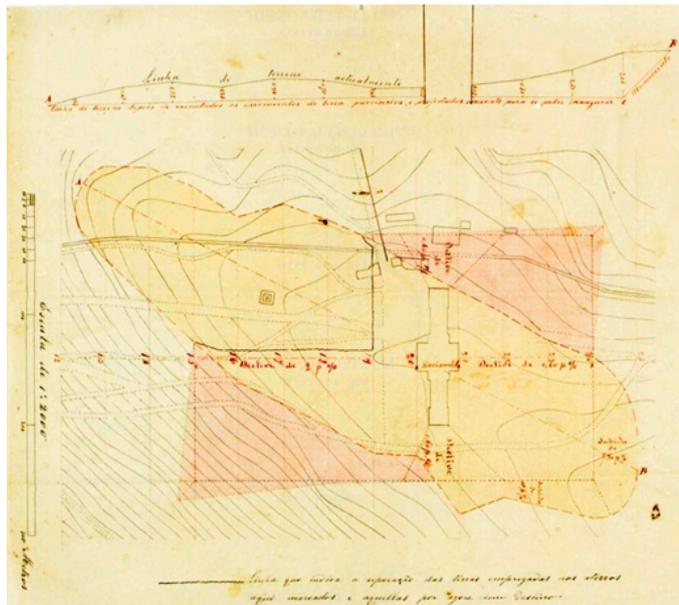


Figura 12 – Planta do terreno onde se situa o monumento do Ipiranga. Fonte: Acervo do Museu Paulista (Fundo Bezzi).

O perfil na parte superior do desenho mostra a previsão de cortes de um a dois metros, em média, com um valor máximo de uns três metros. Comparando-se com fotografias como a da Figura 13, conclui-se que nos inícios foi feita uma terraplenagem menos abrangente e com menor volume de escavação e aterro. Percebe-se uma rampa com ligeira e constante declividade, do pé da escadaria até a rua dos Patriotas, implantada em terra nessa época. O relevo pouco se alterou com o belo ajardinamento de 1907-1909, realizado por Arsenius Puttemans, segundo o modelo lenotriano (Figura 14).²²



Figura 13 – O Museu em 1900, antes da implantação de qualquer jardim. Fonte: Acervo do Museu Paulista.



Figura 14 – Cartão postal retratando o primeiro jardim fronteiro ao Museu. Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Note-se o pouco desnível entre a escadaria e entradas laterais e o campo em frente. Só por ocasião das obras do centenário se realçaria esse desnível, com escavação do terreno e complemento da escadaria, dando a impressão de aumento do plinto do edifício.

FINALMENTE ALGUÉM ACERTA E REFAZ DEMARCAÇÃO CORRETA

A redescoberta da pedra e a planta elaborada por Rath (Figura 7) levantaram dúvidas sobre o local correto da Independência, por estar em contradição com a Ata da Câmara de São Paulo (2 de setembro de 1825), em que se recolhem os resultados da medição: 184 braças (404,8 metros), a partir da ponte velha.²³ A questão foi suscitada através de ofício de 5 de maio de 1902, do então diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering, e levada ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), do qual ele era membro. Na sessão de 20 de maio de 1902, formou-se uma comissão para estudar a questão da qual faziam parte Ihering, João Mendes Junior e Antônio de Toledo Piza. Este último elaborou um minucioso trabalho, apresentado em sessão de 5 de junho de 1902 e publicado na Revista do IHGSP.²⁴ Foi feita uma remedição do local, pelo engenheiro Eduardo Loschi, por meio dos dados originais e constatado o engano. A seguir, provavelmente ainda em 1902, Ihering, primeiro diretor do museu, fez com que se colocasse um marco de pedra e um mastro de madeira, que até 1922 se encontravam no local,²⁵ como se pode ver nas imagens das Figuras 15, 16, 17 e 18. Repare-se que nada se fala da pedra fundamental; a que se vê é outra, de maiores dimensões.

23. Ofício... (1925).

24. Piza (1902).

25. Taunay (1937, p. 16-17, 36-37).



Figura 15 – Mastro de madeira e pedra (à direita, pouco visível) ao lado esquerdo do caminho, muito próximo do ponto em que aconteceu a Independência. Fonte: Acervo do Museu Paulista.



Figura 16 – Mastro e pedra, em foto tirada mais de perto. Fonte: Acervo do Museu Paulista.



Figura 17 – Vista reversa: mastro de madeira e pedra. Fonte: Acervo do Museu Paulista.



Figura 18 – Pedra e mastro. Fonte: Acervo do Museu Paulista.

Na Figura 15 nota-se, atrás do mastro, a chamada Casa do Grito (escura) e a sede da chácara Independência (casa mais clara), construída mais tarde; à direita vê-se por trás o Asilo Bom Pastor (frontão com pequena cruz) e touceiras de bambu; mais ao fundo, após a planície do Ipiranga, em tom claro, está a continuação do caminho para São Paulo, no trecho antigo da rua Ouvidor Portugal. Em tom mais escuro, ao pé de um vasto arvoredo, vê-se o aterrado das ruas Bom Pastor e, na sua perpendicular, o da Tabor, e, ao fundo, à esquerda e ao alto, as instalações militares no Morro da Pólvora, que se trasladara da Liberdade para esse local. Mais ao fundo, à direita, está a serra da Cantareira.

Pode-se destacar nessas figuras o estado do caminho, com profundos sulcos (voçorocas) provocados pelas águas, pela consistência e materiais do terreno e pela forte declividade nesse trecho. Para além do mastro, já na altura da rua dos

26. *Correio Paulistano* (7 set. 1912).

27. *Correio Paulistano* (10 set. 1921, 11 set. 1921).

28. *Correio Paulistano* (25 set. 1921).

Patriotas, a declividade diminui. Essa conformação do terreno impede que se veja por completo o edifício do Museu.

Além da perícia do engenheiro Loschi, uma confirmação de que esse local foi demarcado corretamente é a notícia do *Correio Paulistano* de 7 de setembro de 1912, que, dentre as comemorações previstas, enumera o hasteamento da bandeira no referido mastro, situado a quatrocentos metros do riacho.²⁶

O REENCONTRO DA PEDRA FUNDAMENTAL

A instalação do mastro e da pedra ocorreu sem que se mencionasse a caixa metálica e a pedra fundamental em seu interior, que haviam sido sepultadas no *Signal histórico*, local errado, insistimos. No entanto, por ocasião das reformas e escavações, caixa e pedra voltaram a aparecer, mas fora dos alicerces onde haviam sido colocadas. Isso ocorreu em 8 de setembro de 1921, e foi veiculado no *Correio Paulistano*, em 10 e 11 de setembro de 1921, da seguinte forma: um barulho metálico indicou que a escavadeira encontrara algo singular; amassou e abriu a caixa de ferro e encontrou-se a pedra, mas não os jornais, ata ou moedas, restando somente uma medalha.²⁷

Taunay comentou o assunto em outra edição do mesmo jornal, em 25 de setembro de 1921, e por suas informações de distância deduz-se que se trata de um terceiro lugar: foram medidos 286 passos a partir do primeiro degrau da escadaria até o ponto de encontro e, depois, na perpendicular ao eixo, mais 32 passos em direção à avenida Nazaré.²⁸ Esse local claramente não coincide com os dois pontos notáveis já mencionados: local correto e local errado ou *Signal histórico* da Figura 1. Demarcamos esse terceiro lugar nessa mesma figura, para efeito de integridade. Por estar a caixa arrombada e despojada dos objetos de valor comercial, deduziu-se acertadamente que algum gatuno encontrou e abriu a caixa, levou o que quis e abandonou novamente essa arca metálica com a pedra em um local das redondezas. Taunay informa que o verdadeiro local só se confirmaria com o encontro dos alicerces do *Signal histórico*, ou seja, não estava convencido das razões apontadas por Toledo Piza.

A pedra e a arca, finalmente encontradas nesse terceiro lugar, foram levadas ao museu e por certo tempo colocadas em exposição na sala A6, ao lado da maquete do edifício. Nas comemorações do sesquicentenário, a pedra e a arca foram expostas no Salão nobre, aos pés do quadro de Pedro Américo (Figura 19).

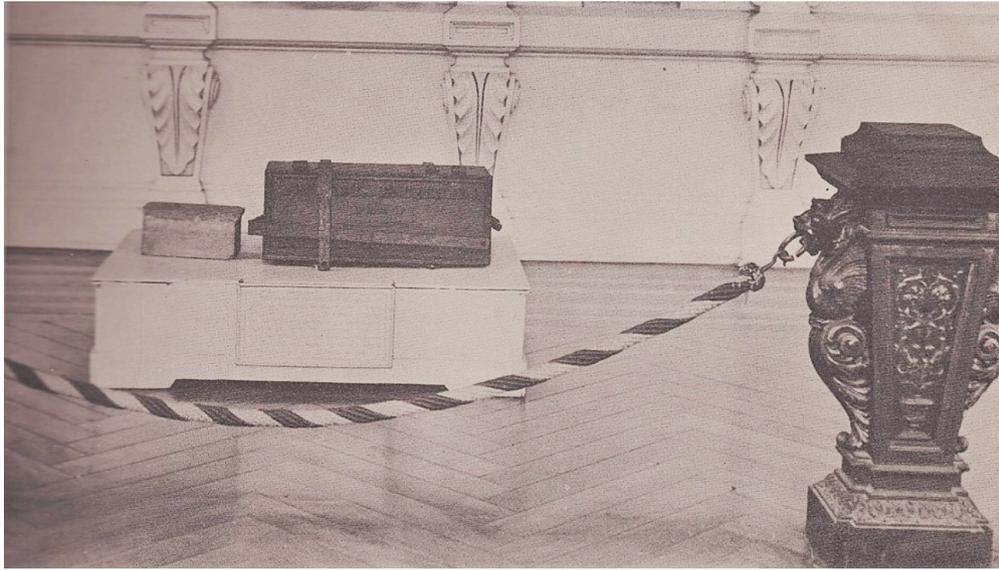


Figura 19 – Caixa e pedra fundamental expostas no Salão nobre do Museu do Ipiranga. Fonte: Amaral (1972, p. 45).

A TERRAPLENAGEM SEM PRECEDENTES

Vale a pena falar da completa reforma do Parque da Independência, já que as escavações obrigaram à remoção desse mastro e pedra, a qual não encontrou oposição de Taunay, diretor do museu, talvez por sua posição cética quanto à possibilidade de decidir entre um local ou outro.

O esquema da Figura 20 mostra dois perfis. Por meio de uma linha com pequenos traços transversais, representa-se o perfil natural do terreno em 1822, obtido a partir do mapa da Funsai e que só sofreu maiores modificações com a implantação do jardim projetado pelo francês Félix Emile Cochet, para as comemorações de 1922. Em linha preta simples e contínua, mostra-se o perfil atual do mesmo eixo, obtido a partir do MDC – Mapa Digital da Cidade (2021).

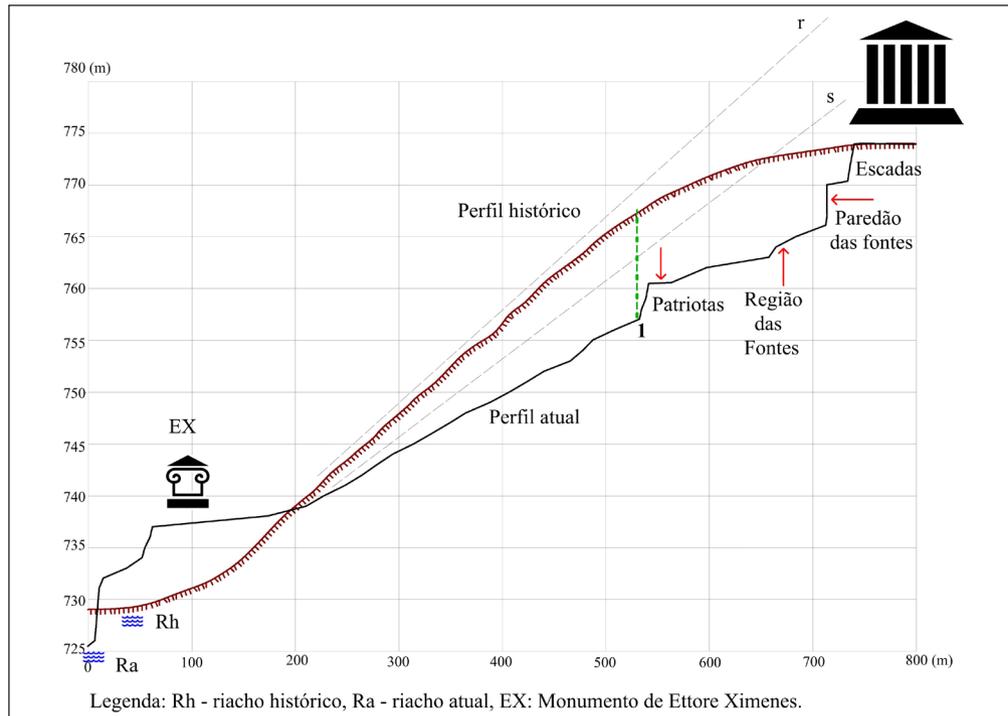


Figura 20 – Perfil histórico e perfil atual do eixo monumental do atual jardim.

A partir dessa figura, pode-se confirmar e quantificar o que se sabe através de fotos, projetos e outros documentos: o riacho canalizado foi desviado para a esquerda (direção norte) e sua calha aprofundada em cerca de quatro metros; o Monumento à Independência, de Ettore Ximenes, foi construído sobre um aterro de uns sete metros; a maior escavação nesse perfil, com cerca de dez metros, ocorreu no ponto 1, no pé da escadaria que dá para a rua dos Patriotas; na região das fontes a escavação foi de cerca de nove metros. As retas r e s mostram a visibilidade do edifício do museu a partir de pontos no caminho, antes e depois da implantação do projeto do jardim francês, sendo notório por essa figura que a escavação e o aumento do plinto foram feitos precisamente para destacar e melhorar a visibilidade, tornando-a completa a partir de qualquer ponto do eixo. Tenha-se em conta que a altura do edifício-monumento sobre o terreno é de 31 metros aproximadamente, ou seja, comparável ao desnível entre este e o riacho (cerca de cinquenta metros). Nessa figura, o edifício não está representado em proporção, pois desbordaria em muito as margens do desenho e, na realidade, ele é visto parcialmente ao longo da reta r, como se nota nas fotografias e quadros anteriores à reforma do jardim, conforme diversas figuras apresentadas.

Com os mesmos mapas, montou-se, na Figura 21, uma seção transversal na rua dos Patriotas e outra um pouco abaixo. A vista está tomada do riacho em direção ao museu, ou seja, olhando para o sul.

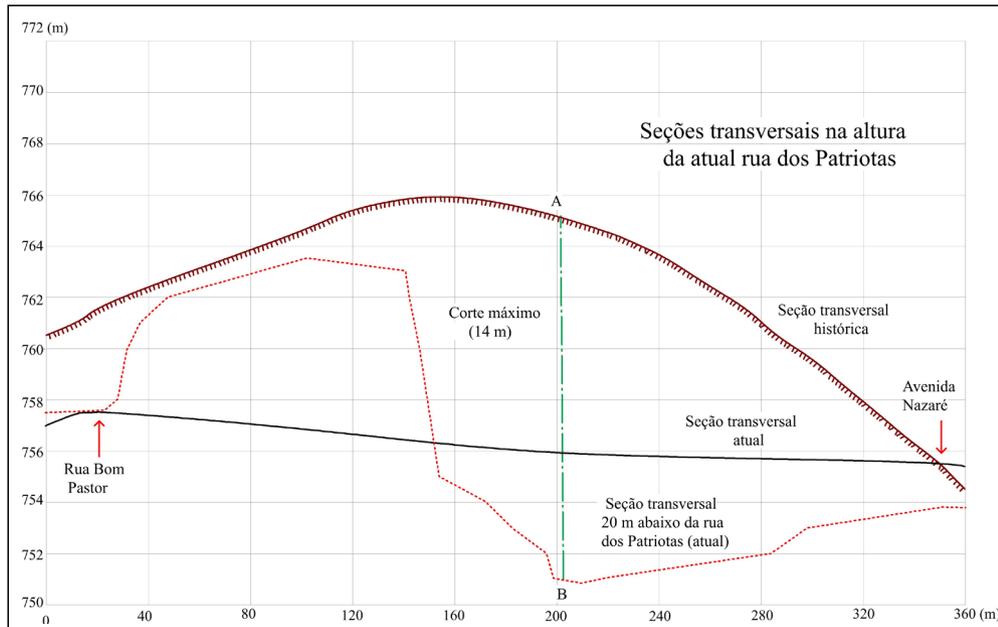


Figura 21 – Seções transversais na região da atual rua dos Patriotas.

Por esse gráfico, pode-se ver a dimensão máxima de corte, que ocorre segundo a linha AB, com dimensão de quatorze metros, a cerca de vinte metros do eixo da rua Bom Pastor. A região entre o perfil histórico e o atual mostra uma enorme região associada ao corte no terreno, podendo-se lembrar que os alicerces do monumento nunca construído já tinham sido destruídos por ocasião da construção do jardim lenotriano (1907-1909).

Movimentos de terra, de tal magnitude, não tinham sido feitos nem mesmo nas estradas de rodagem promovidas por Washington Luís, na época: nem na de Itú (1920), nem na de Campinas (1921), e só seriam superados na construção das rodovias Anchieta e Anhanguera, na década de 1940.

Essa dimensão de corte pode ser avaliada na Figura 22, em que se aprecia também a enorme máquina de terraplenagem movida a vapor, novidade técnica para a época, carregando os vagões, tracionados por locomotiva, o que pressupõe a implantação de trilhos, movidos paralelamente à linha de corte à medida em que os trabalhos avançavam. As figuras humanas dão escala ao desenho. Os trabalhos foram complementados pelo sistema de carrocinha puxada por burros, como se pode apreciar também no filme *Construção do monumento Ipiranga* (1922), mostrando a implantação do Monumento à Independência, de Ettore Ximenes.²⁹



Figura 22 – Escavação de terra na altura da rua dos Patriotas, para a implantação do jardim francês, 1921. Fonte: Acervo do Centro de Memória Unicamp.

A escala vertical das figuras 20 e 21 está exagerada dez vezes com relação à horizontal, conforme se costuma fazer nesse tipo de representação. Mas esse aspecto corresponde, de alguma forma, ao impacto da declividade acentuada do terreno no apreciador da paisagem e nos artistas que representam o sítio, como se vê nas Figuras 23 e 24 (e em diversas outras).



Figura 23 – Luiz Carlos Peixoto, *Monumento à Independência*, 1893, óleo sobre tela. Dimensões: 80 x 112 cm. Doação da Família Azevedo Marques, 1949. Fonte: Pinacoteca do Estado de São Paulo. Foto: Isabella Matheus.



Figura 24 – Antonio Diogo da Silva Parreiras, *Paisagem do campo do Ipiranga*, óleo sobre tela, 1893. Fonte: Acervo do Museu Paulista.

Na Figura 23, nota-se uma pessoa na estreita e rústica ponte sobre o riacho. À esquerda do caminho vê-se o bambuzal e a casa quase escondida (Canto e Melo); à direita, duas casas, a sede da chácara Independência e a chamada Casa do Grito. Em primeiro plano os aterros da rua Ouvidor Portugal, com guinada à esquerda para a Tabor, e o que supomos ser uma linha do bonde de tração animal passando de uma para outra rua, na curva. Ao alto, a linha de mudança de declividade nas cercanias da rua dos Patriotas.

ESTUDOS À VOLTA DO SESQUICENTENÁRIO

Em 1972, o IHGSP publicou em livro um estudo da questão feito por Álvaro do Amaral, historiando a questão de maneira correta, mas não linear. O trabalho baseia-se na ata de 1825 e nos estudos de Toledo Piza, de 1902, confirmando-os. Como elemento interessante tem-se um croqui da região, assinalando, de forma bastante aproximada o local correto (Figura 25).³⁰

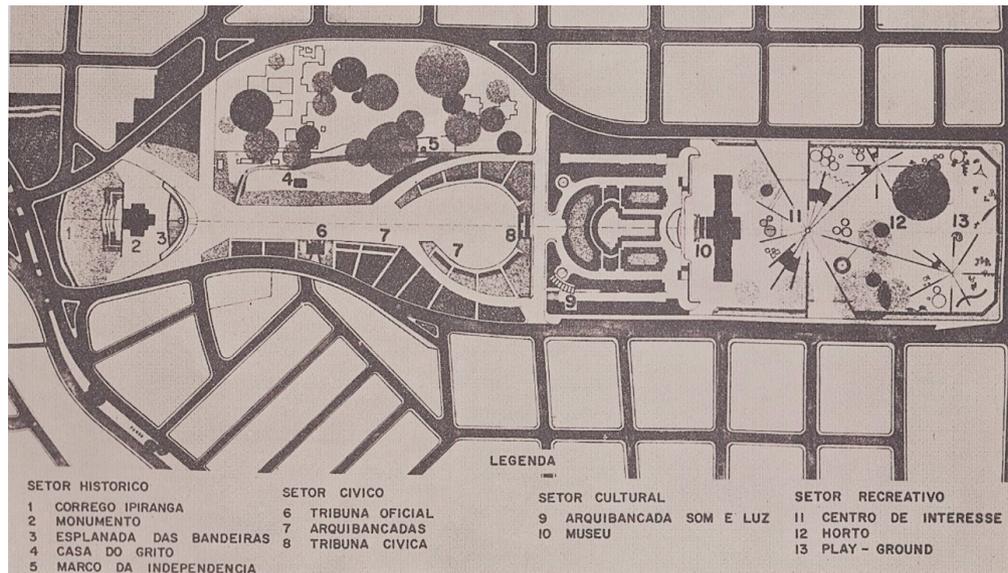


Figura 25 – Croqui do Parque da Independência. O ponto está assinalado com o número 5, acima do eixo central, abaixo da rua do Patriotas, numa alameda em curva. Fonte: Amaral (1972, p. 48).

Esse estudo foi feito a partir de plantas e não se demarcou nada sobre o terreno. A dificuldade para isso era o fato de não se conhecer exatamente onde se situava a ponte de 1822. Por outro lado, o autor do artigo sugeriu que se fizesse uma sinalização, em monumento singelo para não competir com o edifício-monumento, nem com o Monumento à Independência – inaugurado de forma incompleta em 1922 – nas proximidades do riacho. A sugestão, talvez um obelisco, deveria incluir a pedra histórica, colocando-a nesse lugar e retirando-a, portanto, do Museu Paulista. Não nos parece uma boa ideia essa recolocação da pedra, tendo em conta o histórico de perdas, desencontros e roubos, bem como o aumento do nível de vandalismo em nosso tempo.

O acerto desse cálculo e localização (em 1825, 1902 e 1975) foi por nós confirmado por meio da cartografia histórica e digital, não só por curiosidade, mas para identificar acertos e erros ao longo da história. Para situar esse local na paisagem, analisa-se previamente a posição de Taunay nessa questão, que é de descrença na possibilidade de determinar o local, apesar dos argumentos, devendo-se dizer que estes foram apresentados muitas vezes de modo confuso.

Para poder identificar um local do passado sobre um mapa atual, é preciso contar com a amarração mediante feições, por exemplo: a ponte antiga, o edifício-monumento, a chamada Casa do Grito, o valo e outras que ajudem a correlacionar os mapas selecionados para estudo. Por isso começamos por identificar essas feições da cena, que são as desenhadas na Figura 1, o que foi feito através de um passeio descritivo do então diretor do museu, Afonso de Taunay, publicado na revista *Ilustração Brasileira* e no já citado Guia do Museu.³¹

A descrição é muito viva e dá a impressão de que ele saiu mesmo de seu escritório no museu e fez um passeio: desceu a escadaria, caminhou pela rua central do jardim até a rua do Monumento (atual Patriotas) onde passava o bonde da Light: era um caminho de terra largo, separado do jardim por uma cerca de arame farpado e sebes vivas. Continuou a sua descida olhando para o campo cheio de capim e mato frequentado pelo gado das redondezas, e, tomando o caminho, seguiu pela rota das tropas e de D. Pedro, em terra arenosa vermelha, cheia de depressões causadas pela erosão pluvial.

Mais adiante, passou pelo mastro e marco de pedra, apresentados em figuras anteriores; pela casa, sede da chácara de um português vaqueiro (Francisco Tavares de Oliveira), hoje conhecida erroneamente como Casa do Grito (Figura 26), e depois por outra, de aspecto pitoresco (Figura 27) – essas duas, do lado esquerdo da descida, não existiam em 1822. Taunay considera que Pedro Américo teria se inspirado nessa casa pitoresca para desenhar aquela presente no seu quadro. Parece-nos que não, comparando com a do quadro, por diversos motivos: o fato de ser de quatro águas e não de duas; o pé direito ser menor, medido no cume do telhado; e a diferente inclinação do puxadinho. Há, na mesma época, opções melhores de cópia, como se verá. A casa do quadro seria mais parecida com a Casa do Grito, não existente na época, como ficou dito, mas que Pedro Américo chegou a ver.



Figura 26 – A chamada Casa do Grito, em 1920. Notar as voçorocas no caminho e o museu ao fundo. Fonte: Acervo do Museu Paulista.



Figura 27 – Casa à beira do caminho, classificada por Taunay como pitoresca, pouco abaixo da chamada *Casa do Grito*. Fonte: Taunay (1922).

Continuando seu passeio, Taunay passou por outra casa no lado oposto, pertencente ao coronel João do Castro Canto e Mello, que era tropeiro e tinha aí, antes de 1822, pasto para suas tropas que subiam e desciam a serra transportando carga (Figura 28).



Figura 28 – Casa Canto e Melo, com seu pequeno sótão, situada mais abaixo e do lado oposto do caminho, com relação às anteriores. Fonte: Acervo do Museu Paulista.

Daí em diante o caminho ficava mais ameno, até chegar ao regato, que não tinha mais de vinte centímetros de profundidade. Esse aspecto do riacho manteve-se sem muitas mudanças, mesmo após as reformas de 1920-1923. Até parece querer seguir o hino nacional quando se refere às margens plácidas, como se vê na Figura 29.

32. Taunay considera que foi ele quem melhor interpretou o local preciso e informa que analisou suas ponderações na *Revista Nacional: Nossa Terra, Nossa Gente, Nossa Língua, Educação, Ciências*, de São Paulo.

33. Taunay (1922).



Figura 29 – Aspecto de margens plácidas do Ipiranga, mesmo após as grandes reformas. Fonte: Acervo do Museu Paulista.

É interessante, por outro lado, considerar a atitude de Taunay com relação aos diversos marcos e locais. Por seus escritos, vê-se que, mesmo contando com os estudos de Antônio de Toledo Piza,³² aprovados e apoiados pelo IHGSP, Taunay no citado artigo da revista *Ilustração Brasileira*, não se preocupa em fixar com maior precisão as posições e emprega expressões genéricas: “cento e muitos metros” (entre o Museu e o fim do jardim), quando são mais precisamente 190 metros; “100 ou 150 m” (entre o ponto anterior e o mastro), quando são cerca de 145 metros; “o riacho do Ipiranga correndo a uns 350 m do lugar ... [do] brado”, quando são 405 metros, segundo as demarcações da época. E, em contradição com essa metragem, considera que o fato ocorreu no *Signal histórico*, que se situa a quase seiscentos metros do riacho.³³

Finalmente, ele demonstra sua apreciação das tentativas de demarcação, visível nas palavras que grafamos em itálico: “Mastro e pedras *conjecturais*, fixando com *alguma precisão* o local do grito”; “*não é fácil fixá-lo agora precisamente*”; “*implantação de um marco hipotético*”.³⁴ Ou seja, os argumentos apresentados, ainda que louvados por ele, não o convenceram: continua “batendo na mesma tecla”. Isso se vê claro em Taunay³⁵ ao narrar os acontecimentos e tentativas de erigir um monumento: não reparou que a demarcação foi feita em local errado, no *Signal histórico* a quase 600m do riacho e não nas 180 braças ou 405m. É fato que recolhe todas as diligências feitas em 1902 pelo então diretor do Museu, Hermann von Ihering, e os trabalhos da comissão do IHGSP, composta também por Antônio de Toledo Piza e Eduardo Loshi, recuperando a ata da Câmara, de 2 de setembro de 1825 e suas indicações precisas sobre o local. Contrapõe a isso o achamento dos alicerces do *Signal histórico* encontrado por Carlos Rath e interpretando os textos situa os dois gritos, um no início da encosta (estaria na altura da Patriotas, mais próximo do *Signal histórico*, mas não nele) e outro na margem esquerda do Ipiranga, tendo passado a ponte. O primeiro grito, pela ata da Câmara, não está no *Signal histórico*, mas a meia encosta (ver Figura 1). Até elogia “as tão poderosas e procedentes considerações” de Toledo Piza, mostrando a verdadeira posição, que resultaram na colocação do mastro e pedra, mas não as leva em conta.

Nas entrelinhas talvez se encontre os motivos: em determinada passagem desse Guia (p.27), sobre o fato de demarcar precisamente, comenta que “se trata de uma tendência a esmiuçar, mais da crônica do que da história”; e que essa tendência popular, gostaria de ter a localização exata, com erro a menos de metro quadrado.³⁶ Ou seja, talvez para ele, historiador, poderia parecer indiferente uns metros mais acima ou mais abaixo: a Independência foi no Ipiranga, nas cercanias do riacho, e isso bastava.

Parece-nos, de fato, que pode haver exageros no culto a um local concreto, como se ele fosse a causa do acontecimento e aí se encerrassem os segredos e a magia da Independência. Pequenos acontecimentos, como o adiamento ou atraso das cartas de Portugal, poderiam ter feito com que o grito acontecesse em São Bernardo, em Santos ou no Rio de Janeiro, local em que, de fato, aconteciam os fatos políticos, majoritariamente.

Somando a isso as controvérsias quanto à posição, e uma possível prevalência do local equivocado, poder-se-ia comparar qualquer monumento, porventura aí instalado, a um cenotáfio: um monumento em memória de algo que não se encontra aí, portanto sem fundamento. Assim, para evitar um culto vão ou indevido, pareceu-nos conveniente pôr ordem nas diversas versões e procurar

34. Ibid.

35. Taunay (1937, p. 27) continua a falar de arquiteto anônimo, mesmo tendo Afonso de Freitas declinado o nome do projetista e do pedreiro, como se apontou.

36. Para ser mais preciso, Taunay deveria dizer um quadrado com menos de um metro de lado.

37. Sara Brasil (1930).

38. Franco (2008), ao não perceber que se trata de uma mata de galeria, imagina que “o riacho estaria atrás do outeiro que se projeta à direita na tela.

determinar esse local, até para identificar os equívocos. De passagem, diga-se que, com a maior das boas vontades, foi colocado recentemente no parque, em local incorreto, um marco evocando o caminho pelo qual passou D. Pedro.

REFAZENDO CONTAS E DEMARCANDO O LOCAL

Essa tarefa pôde ser feita com a ajuda de um programa de cartografia digital, o MapInfo, que permitiu a superposição precisa de mapas antigos a novos, passando por intermediários de apoio. Contou-se também com a ajuda de fotos, telas e aquarelas antigas e foram feitas medições de campo com GPS para a determinação de coordenadas e registro de mapas.

Assim, a partir do mapa da Funsai, já citado e representado parcialmente na Figura 10, apresenta-se o recorte que vai da ponte até a altura do *Signal histórico*, plantado em local equivocado (Figura 30). Sobre ele, demarcamos os pontos de maior importância, para a superposição de mapas: o riacho, a ponte, algumas casas, já apresentadas na Figura 1 e o valo, desenhado em verde. Este, como até recentemente, era uma forma de delimitar terrenos em épocas em que a implantação de cercas de arame era impossível ou muito cara. No caso concreto, o valo mostra a separação entre terrenos privados e a área pública. Ele é retratado muito nitidamente no mapa da Società Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici (Sara), de 1930, e suas *cicatrices* aparecem em mapas e fotos aéreas atuais, pois os muros de divisas das propriedades estão exatamente sobre o valo antigo.³⁷

Um primeiro local de interesse é o ponto logo acima da chamada Casa do Grito, no qual o caminho se divide em três, sendo o do meio o de maior importância pela largura. Esses elementos da paisagem coincidem com o que se vê na Figura 31, reproduzindo o conhecido quadro de Edmund Pink, de 1823. Também nessa pintura ficou registrada a impressão de forte declividade do terreno.

Nessa imagem, em que impressiona também a imponência da ladeira, estão muito claros os três caminhos e não figuram a Casa do Grito nem o rancho nacional, construídos depois dessa data. Para a compreensão, vale a pena ressaltar alguns pontos: o riacho do Ipiranga situa-se entre a encosta dos três caminhos e aquela outra em que está o cavaleiro em primeiro plano, que vem de São Paulo, sendo a estrada uma continuação da atual rua Ouvidor Portugal; o riacho não é visto em função da mata de galeria que o encobre,³⁸ a qual se percebe também na aquarela de Miguel Dutra e no óleo de seu neto, como já se apresentou.

A casa de Castro e Melo não é vista por se encontrar escondida visualmente por essa mata; a que está em primeiro plano pode ser a venda do alferes Joaquim Antonio Mariano, descrita nos primeiros relatos da Independência.³⁹ Um indício disso são os postes, semelhantes a árvores secas, que servem para amarrar as cavalgaduras dos clientes – de fato, há um animal amarrado –; essa casa se parece mais com a do quadro de Pedro Américo do que aquela proposta por Taunay. A casa que se vê mais à esquerda, com uma pequena ao seu lado direito, pode ser a sede de um rancho ou pouso, com um cercado de madeira, que garante o confinamento de gado e mulas durante o pernoite. Campos arados e árvores esparsas completam a paisagem. A fisionomia desse local é compatível com o mapa da Funsai, indicando pouca mudança entre 1823 e a data desse mapa (1884) e trazendo certa segurança de que ele representa bastante aproximadamente os caminhos em 1822.

39. Como o relato do padre Belchior, recolhido em diversas publicações, por exemplo em Cintra (1921, p. 212).



Figura 30 – Feições de interesse desenhadas sobre o mapa da Funsai (1884).

40. Open... ([2021]).

41. Não foram escolhidas outras bases, como o Google Earth e o Google Maps, pois depois de uma análise verificou-se que são bases geometricamente piores, em função de efeitos como a paralaxe, mesmo nas ortofotos.

42. Datageo ([2021]).

43. Projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), coordenadas métricas, no Fuso 23 Sul, no sistema WGS-84 (World Geodetic System), que corresponde ao Sistema Internacional de Referência das Américas (Sirgas 2000).



Figura 31 – Edmund Pink, *Vista do Ipiranga*, local onde o atual imperador Dom Pedro, o então príncipe regente, declarou a Independência do Brasil (São Paulo, SP), aquarela sobre papel, 1823. Dimensões: 18,5 x 24 cm. Fonte: Museu de Arte de São Paulo (Comodato B3). Foto: MASP.

○ O mapa da Funsai, por sua vez, pode ser superposto ao da Sara e a um mapa atual. Para explicar essa operação, indicamos a seguir, sem muitos detalhes matemáticos, as operações que permitiram garantir uma boa superposição com mapas atuais.

○ O trabalho começou pela adoção de um bom mapa atual, recaindo a escolha sobre o Open Street Map (OSM), que permite fazer o recorte de uma boa imagem da região de interesse.⁴⁰ Para obter coordenadas, e introduzi-las nesse mapa, contou-se com esse mesmo mapeamento disponível no portal DataGeo, do Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo⁴¹ e que permite obter a coordenada de pontos.⁴² Trata-se de uma base atualizada e confiável, que inclui caminhos que naturalmente ficariam invisíveis em função do intenso arvoredo existente atualmente no Parque da Independência. As coordenadas estão no sistema de referência UTM.⁴³ Com isso, passou-se a dispor de uma base atualizada e com coordenadas mensuráveis em qualquer ponto.

A seguir foi possível compatibilizar com esse mapa a cartografia da Sara (1930), contando com pontos comuns às duas bases, incluindo fundamentalmente esquinas de ruas (Bom Pastor e Nazaré) com suas transversais, mas também os

quatro cantos do edifício do Museu Paulista e o centro da chamada Casa do Grito e da casa Canto e Melo.

Finalmente pôde ser inserido no mesmo sistema de coordenadas o mapa da Funsai, utilizando como pontos de ligação tudo aquilo que aparece nele e em pelo menos um dos outros dois mapas: os quatro cantos do museu, o eixo perpendicular a ele, que é também o eixo do jardim, o valo, o centro da Casa do Grito e da Canto e Melo. O riacho mudou muito de configuração e não foi utilizado.

Com os três mapas no mesmo sistema, criaram-se camadas de informação contendo os elementos que aparecem somente no mapa da Funsai e não existem mais: a ponte e o riacho na configuração antiga; o caminho das tropas e de D. Pedro; as variantes de caminhos, o valo, as casas apontadas e o *Signal histórico*. Também foi possível medir as 184 braças a partir da ponte e demarcar o local da Independência. A seguir, foi utilizada a capacidade do programa de ligar e desligar camadas, sendo possível manter os elementos geométricos de interesse e trocar o mapa de fundo: o da Sara (Figura 32) ou o atual (OSM), que gerou a Figura 1, já apresentada. O mapa apresentado no início do artigo pode ser considerado o produto final, consistindo na superposição das feições de interesse no mapa (OSM).

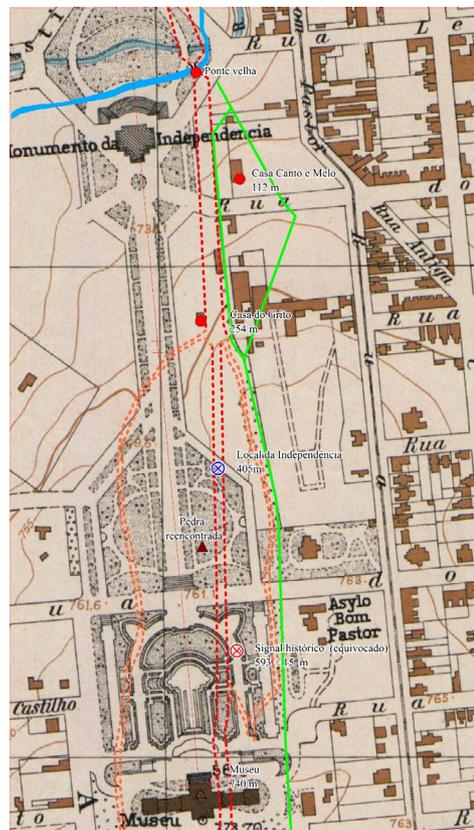


Figura 32 – Feições superpostas ao mapa da Sara (1930), incluindo o valo, em verde.

Como elemento de verificação desses ajustes, contou-se com o caminho das tropas, representado em linha vermelha tracejada, que não foi utilizado em nenhum ajuste e aparece como resultado, junto com a posição da ponte. Utilizamos uma faixa ampliada, definida pelo alinhamento das fachadas da Casa do Grito e de mais duas – a chácara Independência e a denominada de pitoresca por Taunay. Essa faixa pode ser vista também em fotos antigas, como é o caso da Figura 33.

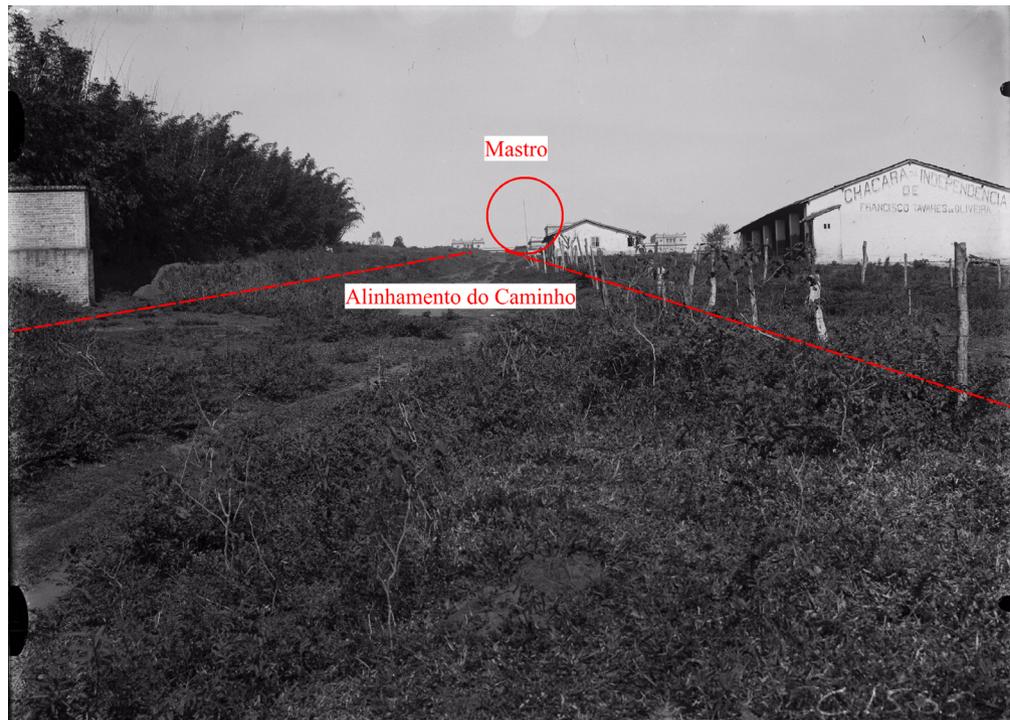


Figura 33 – Vista do caminho das tropas, a partir do riacho olhando para o museu, que se vê parcialmente ao fundo. Fonte: Acervo do Museu Paulista.

Sobre essa foto, foi desenhada a faixa do caminho, em vermelho tracejado. À direita, pode-se ver e inclusive ler na parede da casa o nome Chácara da Independência; mais adiante dela a chamada Casa do Grito, com o muro e o bambuzal à esquerda. Ao fundo está a parte superior do museu, atrás da Casa do Grito. O mesmo desenho foi feito sobre a foto da Figura 34. Nesta, conhecida popularmente como foto da lavadeira, nota-se ainda o riacho, a cabeceira da ponte (bem à esquerda) e o Asilo do Bom Pastor, com seus frontões clássicos. Vê-se também a árvore da casa pitoresca.

A novidade dessa foto é que se pode ver, pelo menos no original, no círculo em vermelho, o mastro de madeira colocado por volta de 1902, junto com uma pedra. Portanto ela acrescenta informações sobre a ponte, que no mapa da Funsai

se situava nessa faixa do caminho e estava inclinada com relação ao riacho. A nova ponte foi construída muito próxima da antiga, situando-se também nessa faixa e sendo também esconsa com relação ao curso d'água.

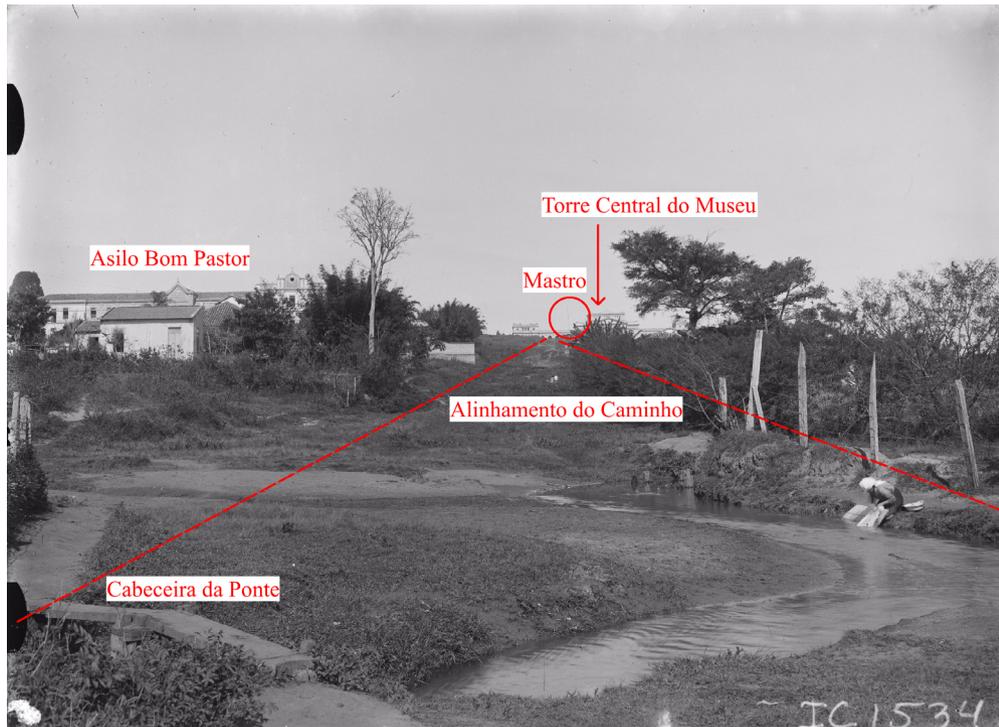


Figura 34 – Faixa do caminho, mostrando que o riacho, situava-se dentro dela. No círculo vermelho, o mastro de madeira, visto em fotos anteriores e que permaneceu até a reforma de 1922. Fonte: Acervo do Museu Paulista.

Mais uma foto confirma os dados anteriores, a do postal da Figura 35, em que se demarcaram a faixa de caminho (vermelho tracejado) e o valo (em verde) pelos vestígios de hoje: divisa do parque com as propriedades vizinhas. Assinalaram-se também os elementos de interesse.

A faixa tracejada fixa bem, em longitude (direção leste/oeste), a localização da ponte e do local da Independência. Já a posição da ponte em latitude (direção norte/sul) pode ser fixada vendo, em mapas antigos, que ela se situava no prolongamento do eixo da atual rua Leais Paulistanos. Essa determinação mostrou que o ajuste de mapas antigos e novos e, portanto, a localização dos pontos de interesse estão bastante razoáveis, com um erro que não deve exceder dois ou três metros.

44. Ofício..., op. cit.

45. Para ter maior precisão, considerou-se também que a medição foi feita ao longo do terreno, que é inclinado, e que, no mapa, provavelmente as distâncias foram lançadas na horizontal, sendo 403,5 metros o valor reduzido.

46. National Oceanic and Atmospheric Administration (2021).

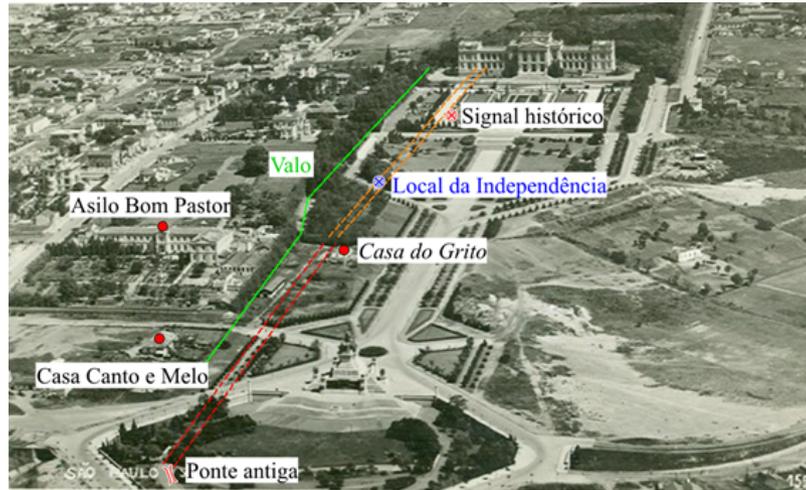


Figura 35 – Desenho das feições antigas sobre foto de cartão postal (década de 1930), mostrando os pontos de interesse, em especial o local da ponte antiga. Fonte: Acervo do Museu Paulista.

Há ainda mais um elemento que serviu para conferir o ajustamento, e que parte do conteúdo da ata de 1825, já que esta indica que o acontecimento se dera num local que se encontra, repitamos, “saindo da ponte do Piranga para o lado de Santos, na extremidade de uma linha de 184 braças, tirada da dita ponte na direção de 10 graus de Norte a Este”.⁴⁴ Fixamos nossa atenção agora nesses dez graus.

Partindo da posição da ponte, foi possível medir as 184 braças ao longo do caminho,⁴⁵ e demarcar o local da Independência. A seguir foi calculado o ângulo da reta que une esse local ao meio da cabeceira da ponte, resultando no azimute $AQ=3,3^\circ$, azimutes da quadrícula UTM.

Para efeito de comparação, é preciso ter em conta que a medição da época se refere ao norte magnético, e para passar para esse mesmo referencial é preciso considerar a declinação magnética e a convergência meridiana. A declinação magnética foi avaliada pela calculadora da National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), cuja tela de cálculo pode ser vista na Figura 36.⁴⁶ Entra-se com a localização do Ipiranga (latitude e longitude) e a data (3 de setembro de 1825). O resultado é a declinação magnética: $4,8^\circ E$.

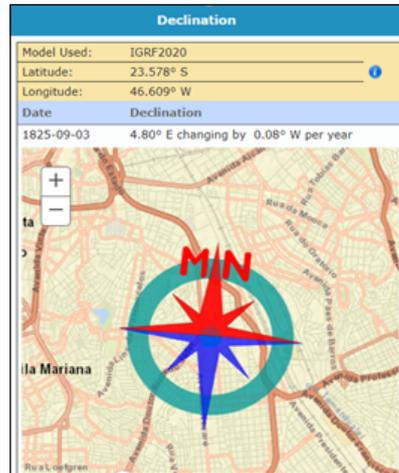


Figura 36 – Calculadora da NOAA, mostrando a tela com os dados e o resultado. Fonte: National Oceanic and Atmospheric Administration ([2021]).

Para calcular a convergência de meridiano, utiliza-se a fórmula disponibilizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, que resulta no valor de $0,4^\circ$.⁴⁷

A equação (1) correlaciona as variáveis em questão.

$$AM = AQ + d + \gamma \text{ Equação (1)}$$

Onde:

AM: azimute magnético, a calcular;

AQ: azimute da quadrícula: $3,3^\circ$;

d: declinação magnética = $4,8^\circ$;

γ : convergência de meridiano = $0,4^\circ$.

A aplicação da fórmula resulta em $AM=8,5^\circ$, o que é bastante próximo dos dez graus medidos em campo, tendo em conta a imprecisão da bússola.

Para finalizar, montou-se a Tabela 1, com as coordenadas UTM dos pontos de interesse que, junto com a Figura 1, permitem localizá-los em campo com um GPS. Essas coordenadas possibilitam que esses pontos sejam determinados e demarcados, independentemente de possíveis reformas e alterações nos jardins. Vale ressaltar que a posição horizontal se mantém, mas os pontos primitivos encontram-se em alturas diferentes em função das escavações, como mostrado nos

perfis e seções traçados no presente trabalho. Por exemplo, o local da Independência, hoje, encontra-se 8,8 metros abaixo da posição de 1822. Essas diferenças correspondem à coluna h (m) dessa tabela.

Tabela 1 – Coordenada UTM dos pontos de interesse.

Coordenadas de pontos notáveis			
Ponto	E (m)	N (m)	h (m)
Cabeceira da ponte antiga	335.735,79	7.391.476,72	+ 4m
Casa Canto e Melo	335.780,42	7.391.367,68	0,00m
Casa do Grito	335.740,51	7.391.222,66	0,00m
Local da Independência	335.758,45	7.391.073,88	-8,8m
<i>Signal Histórico</i>	335.777,33	7.390.887,70	-9,4m
Pedra reencontrada	335.742,08	7.390.992,90	n/a
<i>Sistema UTM – SIRGAS 2.000 – Fuso 23S</i>			

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizados os estudos de reconstituição histórica dos caminhos e da topografia e feitas as considerações parciais, estamos em condições de fazer reflexões finais, retomando alguns resultados.

Foi possível determinar com certa precisão – estima-se de dois ou três metros – o local da Independência, apresentando coordenadas que permitem chegar ao local hoje, com um GPS. Isso permitiu discernir os acertos e erros das diversas demarcações feitas ao longo dos quase duzentos anos e explicar melhor as questões e as indecisões, como a de Taunay.

Além disso, abriu algumas questões como a da necessidade e importância reais de determinar coordenadas e demarcar em campo a posição de um acontecimento histórico, coisa que parece algo conatural a todo ser humano, como se vê em Atenas, Roma ou Jerusalém, onde os locais atraem historiadores, arqueólogos e grandes multidões de turistas. Buscam-se afanosamente os lugares, como Troia, Creta e outros, pertencentes à história ou mesmo à lenda.

A exatidão posicional pode parecer menos importante para o historiador ou para a história, mas pode ser próprio da crônica, da micro-história e até do estudo das mentalidades da população. Onde aconteceu tal episódio? Se descobirmos, vamos demarcá-los. É a intenção. Se foi algo importante, vamos

construir um monumento, *ad perpetuam rei memoriam*. Passa o tempo, muda-se a avaliação histórica e aquilo pode não significar mais nada para as novas gerações, ou até passar a ser de odiosa memória, de modo que se cogite a derrubada de monumentos e estátuas: heróis passam a vilões.

Há também o perigo de objetivar o lugar, acidente que não existe sem uma substância e torna-se ele mesmo um fetiche, com o perigo de certa adoração sem conteúdo: o lugar pode ocupar a posição do fato e tornar-se mais importante do que ele. Contempla-se, mas não se reflete sobre o acontecimento e seu significado. No entanto, isso pode também ser uma chama brilhante para manter viva uma memória que se perderia sem algo que entrasse pelos olhos.

Isso tudo explica em certa medida a existência do Museu do Ipiranga e o Monumento à Independência, assim como tantos recordatórios de acontecimentos pretéritos. Melhor isso que não ter nada, para um povo sem tradição nem recordações: é um estímulo para rememorar, para manter viva a presença de um acontecimento que foi e é um bem, tangível ou não, e, apesar dos pesares, significa uma oportunidade de refletir sobre os acontecimentos históricos e sua relação com a sociedade de cada época. As coisas entram pelos olhos e os dois citados monumentos falam, impressionam por sua imponência.

Porque foram construídos em São Paulo, não encontrando similares à altura em outros locais do país? As respostas podem ser muitas, mas o Ipiranga, embora acidentalmente, entrou para a história como o Rubicão e fortaleceu-se com o Hino Nacional, o quadro de Pedro Américo e as comemorações do centenário.

Os próprios historiadores do Rio de Janeiro encorajaram a construção do edifício-monumento, e o governo imperial autorizou loterias que foram decisivas para isso. Apesar das demoras, das inaugurações de obras inacabadas, sentia-se na população e nos governantes o desejo de fazer algo grandioso. Os recursos do café foram decisivos, mas não só eles; gerações de amantes da história ajudaram a manter vivo o desejo de fazer algo. Por ocasião do centenário, além dos recursos, contou muito um governador que, além de historiador, tinha consciência da plataforma que representaria a inauguração de obras.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

Atas da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1922. v. 23. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Volumes/at1822-1826v23.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2021.

CORREIO PAULISTANO. [S. l.: s. n.], 10 set. 1921. Disponível em: <<https://bitly.com/shwkO3>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

CORREIO PAULISTANO. [S. l.: s. n.], 11 set. 1921. Disponível em: <<https://bitly.com/FhCynW>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

CORREIO PAULISTANO. [S. l.: s. n.], n. 17645, 7 set. 1912. Disponível em: <<https://bitly.com/Tas1Oq>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo: [s. n.], 25 set. 1921. Disponível em: <<https://bitly.com/Dg680S>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

PEREIRA, Francisco Leite Lobo. Projecto de uma alameda. [S. l.: s. n.], 1882. Arquivo Nacional.

TAUNAY, Affonso. O cenário de 7 de setembro e sua transformação. *Ilustração Brasileira*, Paris, ano 2, n. 25, 1922. Disponível em: <<https://bitly.com/rQvMtb>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ACTAS: maio de 1920-novembro de 1924. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 33, p. 365-474, 1937. Disponível em: <<http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Vol-33.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

AMARAL, Álvaro. O local da proclamação da Independência do Brasil. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. *D. Pedro I e dona Leopoldina perante a história*. São Paulo: Gráfica Municipal, 1972.

CAMPOS, Eudes. O engenheiro Eusébio Stevaux e a arquitetura oficial paulista, 1877-1885. *Pós*, São Paulo, n. 5, p. 49-59, 1995. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/137087>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

CINTRA, Francisco de Assis. *O grito do Ipiranga*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

FRANCO, Pablo Endrigo. *O riacho do Ipiranga e a Independência nos traços dos geógrafos, nos pincéis dos artistas e nos registros dos historiadores (1822-1889)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

MARQUES, Manuel Eufrazio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, 1876. Disponível em: <<https://bityli.com/iVbtEz>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Delimitação do lugar do grito, propostas e contradições. In: WITTER, José Sebastião (Org.). *Museu Paulista: um monumento no Ipiranga*. São Paulo: Museu Paulista, 1997. Disponível em: <http://www.mp.usp.br/sites/default/files/arquivosanexos/um_monumento_no_ipiranga_parte_2.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2021.

PIZA, Antonio de Toledo. Considerações sobre o lugar onde, nos Campos do Ipiranga, D. Pedro proclamou a Independência a 7 de setembro de 1822. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 7, p. 458-469, 1902. Disponível em <<http://ihgsp.org.br/revista-ihgsp-vol-07/>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

SANTANA, Nuto. *São Paulo Histórico: aspectos, lendas e costumes*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1944.

TAUNAY, A. *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

TULIK, Olga. Documento interessante para a História de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, t. 33, p. 111-122, 1984.

MAPAS E PLANTAS

BEZZI, Tommaso. *Planta do terreno onde se situa o monumento do Ipiranga*. [S. l.: s. n.], [1884,c]. Acervo do Museu Paulista. IC: 1-13104-0000-0000. Dimensões: 35 cm x 26 cm.

PROJETO de estrada entre a cidade e o Monumento do Ipiranga. Acervo FUNSAI [S. l.: s. n.], ca. 1884.

SARA BRASIL. *Mapa topográfico do município de São Paulo*. São Paulo: Sara Brasil, 1930.

VASCONCELLOS, José Marcelino (1832). *Planta da Estrada entre as Cidades de São Paulo e Santos, levantada por mandato do Presidente da Província de São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar; em 1832*. [S. l.: s. n.], 1932. Cópia no Museu do Ipiranga pelo Brigadeiro Machado de Oliveira (1848), doada por seu neto, José de Alcântara Machado de Oliveira, em 1939. Disponível em: <<https://bityli.com/5GUyJN>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

FILME

CONSTRUÇÃO do Monumento Ipiranga em 1922. [S. l.: s. n.], 1922. 1 vídeo (9 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u7UXFhXGeKk>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

SITES

DATAGEO. *Mapeamento da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo*. São Paulo: Datageo, [2021]. Disponível em: <<https://bityli.com/6n2zeV>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION. Magnetic declination estimated value. Boulder: NOAA, [2021]. Disponível em: NCEI Geomagnetic Calculators (noaa.gov). Acesso em: 9 nov. 2021.

OPEN Street Map. [S. l.: s. n.], [2021]. Disponível em: <<https://bityli.com/a1tqW>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

SIAN: BR RJANRIO QD.0.MAP.29 B. Disponível em: <<https://bityli.com/rrTHMj>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Convergência Meridiana*. Porto Alegre: UFRGS, [2021]. Disponível em: <<https://bityli.com/NvesCF>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

Artigo apresentado em: 18/05/2021. Aprovado em 19/10/2021.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License